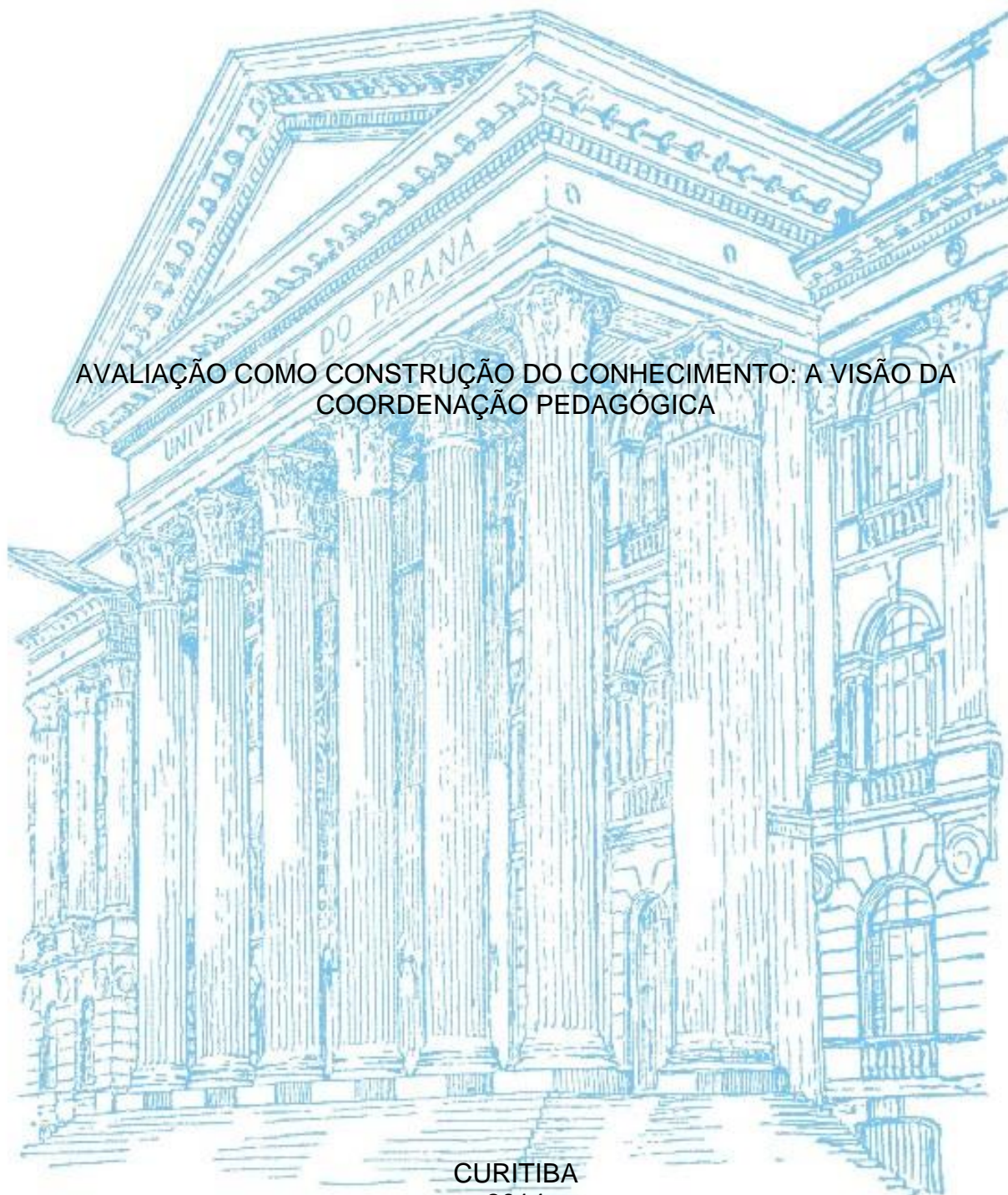


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ELAINE HERINGER VILELLA DA SILVA


AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: A VISÃO DA  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ELAINE HERINGER VILELLA DA SILVA



AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: A VISÃO DA  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Profª Me.: Edna Amancio de Souza Ramos

CURITIBA  
2014

# AVALIAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: A VISÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SILVA. Elaine H. V. da<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo traz uma análise da avaliação como instrumento na construção do conhecimento, considerando que a avaliação é parte do aprendizado, na visão da coordenação pedagógica. Dessa forma, buscou-se dissertar acerca dos objetivos dos instrumentos de avaliação na busca da educação efetiva dos alunos, descrevendo fatores históricos, instrumentos, métodos e objetivos aplicados no dia a dia da sala de aula. Após a conceituação dos termos constantes nos processos de ensino-aprendizagem e avaliativos, compôs-se uma metodologia utilizando a pesquisa bibliográfica em diversas fontes como pauta e uma pesquisa de campo com professores e coordenadores de escolas. Nas considerações finais percebe-se que a construção de uma nova escola, que busca a melhora da qualidade da aprendizagem, tem como uma das ferramentas principais para o alcance deste objetivo, a avaliação. Avaliação esta voltada às perguntas, sobre os direcionamentos sobre as dificuldades e caminhos que levam a uma educação de qualidade focada na construção do saber.

Palavras-chaves: Avaliação; Aprendizagem; Coordenação pedagógica.

---

<sup>1</sup>Artigo produzido pela aluna Elaine Heringer Vilella da Silva do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Edna Amancio de Souza Ramos. E-mail: heringer.elaine@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre as possibilidades que a avaliação propicia quando empregada na busca das tomadas de decisões e diretrizes no alcance da melhoria da qualidade de ensino, informando as ações em desenvolvimento e a necessidade de regulações constantes, na perspectiva do trabalho da coordenação pedagógica. O texto é organizado em três partes onde apresenta a pesquisa bibliográfica que fundamentou, realiza uma reflexão a partir da pesquisa em escolas e fecha com considerações sobre o trato com a avaliação para além da classificação.

Na primeira parte de revisão da literatura, o presente artigo trata da avaliação como ferramenta para a construção de conhecimento. A avaliação é parte integrante do processo ensino/aprendizagem e ganhou na atualidade, um espaço muito amplo nos processos de ensino, sempre na perspectiva do trabalho da coordenação pedagógica. Avaliar vem do latim *a+valere* que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Assim, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo para a aferição da qualidade do seu resultado. A avaliação, tal como concebida e vivenciada na maioria das escolas brasileiras, tem se constituído no principal mecanismo de sustentação da lógica de organização do trabalho escolar e, portanto, legitimador do fracasso, ocupando mesmo o papel central nas relações que estabelecem entre si os profissionais da educação, alunos e pais. Primeiramente neste texto foi necessário buscar as raízes históricas da origem da aplicação da avaliação no sentido de busca de resultados no ambiente escolar para então, entender os conceitos díspares existentes atualmente.

Buscou-se pontuar os conceitos vigentes sobre a avaliação no contexto escolar, como base disso a pesquisa chegou às leis e diretrizes que normatizam e sistematizam a avaliação na prática e no fundamento de objetivos.

Na segunda parte, também consta a importância do papel do professor e do coordenador pedagógico na aplicação efetiva da avaliação como ferramenta de ensino e para isso, foi realizada uma pesquisa em algumas escolas da cidade de Arapongas-Paraná, para então, pontuar quais os métodos e objetivos que os professores aplicam na prática da sala de aula como avaliação do aprendizado do aluno.

Por fim, a avaliação deve ser compreendida como mais um ingrediente dos processos de aprendizagem e não como uma etapa final de um percurso. Na avaliação da aprendizagem o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. Como, em geral, a avaliação formal é datada e obrigatória, se deve ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação.

## **2. A ORIGEM DA AVALIAÇÃO**

Os primeiros sinais de um sistema de avaliação de aprendizagem escolar datam de 1549 com o ensino jesuítico, que permaneceu no Brasil até 1759, ou seja, por 210 anos. Tal ensino era caracterizado por sua postura tradicional com o foco no professor e levava o aluno a uma prática que o distanciava da convivência com a sociedade, no que se refere às práticas da vida cotidiana. Sobre essa questão, Libâneo diz:

Os objetivos, explícitos ou implícitos, referem-se à formação de um aluno ideal desvinculado com a sua realidade concreta. O professor tende a encaixar o aluno num modelo idealizado de homem que nada tem a ver com a vida presente e futura. A matéria de ensino é tratada separadamente, isto é, desvinculada dos interesses dos alunos e dos problemas reais da sociedade e da vida. (LIBÂNEO, 1994, p. 64)

Mesmo não tendo um sistema avaliativo propriamente dito, os jesuítas se configuravam pelo ensino focado na memorização, ou seja, os alunos eram obrigados a decorar as lições, tal como estava nos livros. Sobre isso, Aranha (1989) diz:

O ensino jesuítico possuía uma metodologia própria baseada em exercícios de fixação por meio de repetição, com objetivo de serem memorizados. Os melhores alunos auxiliavam os professores a tomar lições de cor dos alunos, recolhendo exercícios e tomando nota dos erros dos outros e faltas diversas. As classes inferiores repetiam lições da semana todo sábado. Daí a expressão “sabatina” utilizada por muito tempo para indicar formas de avaliação. (ARANHA, 1989, p. 51)

O período do Império, por ter sido marcado pelas mudanças históricas tanto na política como no processo educativo, as formas avaliativas quase nunca eram realizadas por não haver um processo avaliativo estabelecido. Nessa época foi dado início à formação de professores para as escolas primárias.

O período republicano trouxe a avaliação da aprendizagem de forma mais sistemática, desse modo os educandos passaram a ser avaliados constantemente com a realização de provas (orais, escritas e práticas). Assim a avaliação se restringia à aprovação e reprovação do aluno. Porém, em 1904, esta passou a ser sistematizada a partir de notas que iam de 0 a 5.

A Primeira República, que teve início em 1920 e trouxe algumas discussões sobre o formato do ensino tradicional limitada à elite e pautada na aprendizagem de forma mecânica. A partir de 1932 com o Manifesto dos Pioneiros, que tinha entre seus idealizadores Anísio Teixeira, a luta por uma escola democrática que contemplasse toda população ganhou mais força. A Escola Nova apresentou a proposta onde os professores tivessem como parâmetro os interesses dos alunos, tornando-se assim facilitadores ao invés de apenas transmissores de conteúdos. Desse modo, o sistema avaliativo era feito de forma subjetiva, permitindo que o aluno vivenciasse a autonomia sobre sua formação.

Com o movimento da Escola Novista a ênfase foi dada ao aluno e a avaliação surgiu como meio de auxiliar o crescimento cognitivo e social do educando.

Tyler na década de 50 traz uma abordagem na qual as avaliações deveriam sistematizar os objetivos a serem atingidos pelos educandos, expressando a preocupação com a eficácia dos programas de ensino nos quais a avaliação estava intimamente ligada à construção de comportamento pela eficiência.

Foi então, no início da década de 1960, que surgiram os movimentos de educação de adultos que desencadearam novas ideias pedagógicas e práticas educacionais de educação popular, caracterizando a tendência denominada Pedagogia Libertadora, também conhecida como Pedagogia Progressista, cujo principal representante foi Paulo Freire.

De acordo com Freire (apud ARANHA, 1989 , p. 51-52), a avaliação no processo de ensino progressista está voltada para o domínio crítico dos conteúdos, a formação da cidadania e a transformação da realidade, preocupando-se com a superação do senso comum. Os alunos vinham sendo avaliados por meio de provas e trabalhos, prevalecendo a classificação pautada em notas ou conceitos.

Na década de 70, com o desenvolvimento tecnológico, no período chamado Tecnicista, a importância da educação era formar educandos capazes de atenderem as necessidades da sociedade industrial. Neste período também surgem

publicações abordando a avaliação da aprendizagem escolar, com um caráter crítico demonstrando uma inquietação em relação às práticas avaliativas.

De acordo com Libâneo (1994), a orientação do ensino técnico foi imposta às escolas pelos organismos oficiais, por ser compatível com a orientação econômica, política e ideológica do regime militar vigente. O ensino técnico se preocupava em formar técnicos para o mercado de trabalho, e os alunos passaram a ser avaliados por meio de provas objetivas que supervalorizavam o exame como fim, tornando-o quantitativo, impessoal, aleatório e passivo.

Conforme Aranha (1989) no entanto, a educação ainda não era democratizada, pois estava sempre atendendo aos interesses políticos da elite. Entretanto foi, na década de 1980, que a educação e, conseqüentemente, a avaliação começaram a tomar novas direções e a mudar a prática do cenário educacional.

Delgado (2004), as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por grandes discussões e medidas públicas para a renovação da educação. Buscava-se uma escola mais justa, inclusiva e contextualizada, que fosse ao encontro da realidade e da vida do aluno. A implantação dos ciclos e da progressão continuada partiu de uma proposta de cunho administrativo-pedagógico que propunha a reestruturação do espaço escolar, bem como um repensar sobre a função da escola, além de lançar um novo olhar para a avaliação da aprendizagem escolar.

Vale ressaltar que as primeiras experiências de ciclos ocorreram na década de 1980. De acordo com Delgado (2004), o Ciclo Básico de Alfabetização surgiu no ano de 1984, em São Paulo; em 1985, em Minas Gerais, e, em 1988, no Paraná e em Goiás. Tendo como meta assegurar a permanência das crianças na escola, ampliando as possibilidades de avanço e de respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. Prevê também mudanças nas práticas pedagógicas e avaliativas, propondo que o aluno seja avaliado continuamente no processo de ensino-aprendizagem.

Em razão de as primeiras experiências desse tipo terem ocorrido na década de 1980, propôs-se um novo olhar sobre a prática pedagógica, em especial a avaliativa, que passou assumir o caráter da inclusão, contrária, portanto, à ideia de classificação, exclusão, aprovação ou reprovação.

Percebe-se, assim, que, ao longo do tempo, as mudanças na forma de organizar o sistema de ensino desencadearam reflexões sobre o fato de avaliar em

sala de aula. A preocupação agora, não se limita mais à aprovação ou à reprovação do aluno, mas abrange também seu comprometimento com o aprendizado.

## 2.1 Conceitos de avaliação aprendizagem

Os professores utilizam diversos instrumentos de avaliação em suas salas de aula, mas as formas de avaliação que aparecem com mais frequências nas escolas são: a prova escrita, os trabalhos em grupo e a auto-avaliação em que alguns convidam seus alunos a falarem sobre o seu próprio desempenho.

Observando este fato e, também reprovações e fracassos escolares comumente atribuídos aos alunos, vemos que é preciso parar e refletir sobre a forma de avaliação que está sendo empregada, se esta avaliação está servindo apenas para aprovar ou reprovar o aluno, punir ou controlar, sem levar em conta uma construção de conhecimento e uma real melhoria na aprendizagem.

A avaliação é um elemento integrante do processo ensino/aprendizagem e ganhou na atualidade um espaço muito amplo nos processos de ensino. A aplicação de métodos avaliativos requer preparo com componentes especializados e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos.

Luckesi (2005) ainda hoje, a avaliação da aprendizagem é vista por muitos como o ato de mensurar o conteúdo que foi aprendido pelo aluno em cada período escolar. Essa forma de avaliação quase sempre é aproveitada de forma quantitativa, sendo utilizada muitas vezes, tendo a nota como objetivo maior e pouco para estabelecer uma qualidade do ensino obtido pelo educando.

Segundo Luckesi (2002), a avaliação da aprendizagem deve ser assumida como um instrumento que existe, propriamente para mensurar a qualidade da assimilação do conhecimento por parte do aluno e para compreender em que estágio da aprendizagem ele se encontra. Assim, é possível estabelecer um vínculo entre o ensino e a qualidade das propostas de intervenção realizadas pelos professores.

Para alguns estudiosos como Hoffman (1994), Luckesi (2003) e (2005), Aranha (1989) e Libâneo (1994), a aprendizagem é um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende. Essa transformação se dá através da alteração de conduta de um indivíduo, seja por



condicionamento operante, experiência ou ambos, de uma forma razoavelmente permanente.

As informações podem ser absorvidas através de técnicas de ensino ou até pela simples aquisição de hábitos. O ato ou vontade de aprender é uma característica essencial do psiquismo humano, pois somente este possui o caráter intencional, ou a intenção de aprender; dinâmico.

O ato ou vontade de aprender é uma característica essencial do psiquismo humano, pois somente este possui o caráter intencional, ou a intenção de aprender, dinâmico, por estar sempre em mutação e procurar informações para aprendizagem; criador, por buscar novos métodos visando à melhora da própria aprendizagem, por exemplo, pela tentativa e erro. Um outro conceito de aprendizagem é uma mudança relativamente duradoura do comportamento, de uma forma sistemática, ou não, adquirida pela experiência, pela observação e pela prática motivada. (COELHO, 2011, p.4-5)

O ser humano nasce potencialmente inclinado a aprender, necessitando de estímulos externos e internos (motivação, necessidade) para o aprendizado. Há aprendizados que podem ser considerados natos, como o ato de aprender a falar, a andar, necessitando que ele passe pelo processo de maturação física, psicológica e social. Na maioria dos casos a aprendizagem se dá no meio social e temporal em que o indivíduo convive; sua conduta muda, normalmente, por esses fatores, e por predisposições genéticas.

A verdade é que, a avaliação da aprendizagem possibilita a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, informando as ações em desenvolvimento. Mendez (2002) ressalta que, no âmbito educativo, a avaliação deve ser entendida como atividade crítica de aprendizagem, porque se assume que avaliação é aprendizagem no sentido de que por meio dela adquirimos conhecimento.

## 2.2 Avaliação de aprendizagem

Ao refletir sobre a educação, faz-se uma relação com a avaliação da aprendizagem escolar, que por sua vez, é historicamente ligada ao ato da aprovação e reprovação do aluno. Mas é importante refletir sobre como a avaliação é vista e quais as suas implicações no processo de ensino/aprendizagem do educando e nas práticas dos professores.

Para falar sobre a avaliação da aprendizagem é necessário conhecer o conceito de avaliação, assim como suas características mais pertinentes. Pode-se conceituar a avaliação como uma ação natural e necessária para que o professor esteja ciente dos conteúdos assimilados pelos alunos, bem como saber se as metodologias de ensino adotadas por ele estão surtindo o resultado esperado.

Para Hoffmann (1994), o fenômeno da avaliação é indefinido, de tal maneira que o termo vem sendo utilizado com diferentes significados, relacionado à prática avaliativa tradicional: prova, conceito, boletim, recuperação e reprovação. Dar nota é avaliar, e o registro de notas denomina-se avaliação. Ao mesmo tempo, outros significados são atribuídos ao termo, tais como análise de desempenho e julgamento de resultado.

Atualmente algumas escolas apresentam a avaliação ainda na forma tradicionalmente conhecida, com a realização de testes e provas quase sempre sem haver a preocupação com o aprendizado do aluno. Desse modo, algumas dúvidas surgem quando se pensa no real conceito da avaliação da aprendizagem, e a forma como deve ocorrer essa avaliação para garantir que o aluno aprenda realmente o que está sendo proposto.

Diferentes autores como Hoffman (1994), Luckesi (2003), Aranha (1989) e Libâneo (1994), discutem a temática avaliação da aprendizagem, a fim de debater, analisar e sugerir modificações às práticas mais recentes sobre a mesma.

Desse modo é possível fazer uma comparação entre a avaliação criada desde a época dos Jesuítas até o tempo presente, percebendo quais as diferenças e semelhanças existentes nas práticas docentes e, principalmente, qual o impacto dessas formas de avaliação no aprendizado do educando. Hoje em dia, alguns educadores modificaram sua percepção sobre o que é avaliar, pois passaram a perceber a ampliação do conhecimento do aluno no cotidiano e não apenas um momento único, além de perceber as peculiaridades de cada discente. Porém, a avaliação ainda se configura como a obtenção de um resultado objetivo, por meio de notas.

### 2.3 O papel da coordenação pedagógica frente à avaliação

Coordenadores pedagógicos, professores, diretores, enfim a todos aqueles que fazem parte do processo avaliativo de uma instituição escolar, devem tomar

medidas de precaução para que não façam uma avaliação errada do educando, respeitando suas características individuais, conhecendo-os e a partir disso, decidir o tipo de ajuda pedagógica que será oferecida.

É preciso distinguir a avaliação da aprendizagem, buscando distanciá-lo do objetivo que é obtenção de uma média favorável apenas para sua reprovação e aprovação, uma vez que essa forma de avaliar não sofreu nenhuma modificação, pois ainda hoje a avaliação é muito pautada na retenção ou avanço do aluno.

Segundo Luckesi (2002), ao longo do tempo as alterações que ocorreram no sistema de ensino, admitiram estabelecer um novo exemplo de avaliação da aprendizagem escolar, com ênfase para avaliação formativa com base no diagnóstico, consentindo assim, corrigir as modalidades de ação no seu percurso, possibilitando um olhar mais atento sobre como os alunos constroem seus próprios conhecimentos.

No entanto, para realização da prática desse novo olhar sobre a avaliação, é necessária a constituição de uma nova cultura escolar com práticas inovadoras.

A avaliação escolar é um dos elementos da didática, que e como tal, deve contribuir para que a escola desempenhe bem seu papel. É pensando no aluno, no seu direito a um ensino de qualidade que a escola deve se estruturar e se organizar. Avaliar exige reflexão sobre a realidade, a partir de dados e informações, e a partir daí ser capaz de emitir julgamento que contribua para tomar decisões. Não se resume a medir, pois a medição pura e simples descreve a realidade, ou seja, obtêm dados e informações sobre ela. E, segundo Vasconcelos:

A avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento. (VASCONCELOS, 1998, p.43)

A avaliação oferece suporte para tomada de decisão, visando à melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, por meio da análise das ações em desenvolvimento. A avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo ensino/aprendizagem.

Esta prática pedagógica requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos, e desta forma faz-se necessária para que possamos refletir, questionar e transformar nossas ações. De acordo com Hoffmann (1995,p.18), avaliação é a “[...] reflexão permanente do educador sobre sua

realidade, e acompanhamento do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento.”

Por meio da avaliação, o professor tem a responsabilidade, entre outras, de perceber se os sujeitos estão realmente assimilando os conteúdos e como os estão construindo. A forma como se avalia, segundo Luckesi (2002), é crucial para a concretização do projeto educacional. É ela que sinaliza aos alunos o que o professor e a escola valorizam. A avaliação deve ser um auxílio para saber quais objetivos foram atingidos, quais ainda faltam e quais as interferências do professor que podem ajudar o aluno.

Neste sentido, para Haydt (1992), o conceito de avaliação da aprendizagem está ligado a uma concepção pedagógica mais ampla, ou seja, depende da postura filosófica adotada pela escola, sendo que a forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do professor em sua interação com a classe.

Luckesi (2002), ao tratar da democratização do ensino, nos alerta sobre a exceção da avaliação nas escolas. Ele sinaliza que a avaliação classificatória serve para a estagnação dos alunos, na medida em que não permite a este o desenvolvimento máximo possível e a democratização do ensino. O autor explica que: “a atual prática da avaliação escolar tem estado contra a democratização do ensino na medida em que não tem colaborado para a permanência do aluno na escola e a sua promoção qualitativa.” (LUCKESI, 2002, p.66)

De acordo com o autor, a avaliação da aprendizagem não é utilizada na maioria das vezes pelos professores para acompanhar os processos de aprendizagem dos estudantes. Pelo contrário, ela acontece apenas no final de uma unidade ou ao término de um período letivo, para que o educador possa verificar se os educandos estão adquirindo os conteúdos e as habilidades ensinadas.

Luckesi ainda nos revela que são muitos os fatores que são considerados pelos professores na hora da elaboração de testes, provas ou outros instrumentos avaliativos, como:

[...] conteúdos ensinados efetivamente; conteúdos que o professor não ensinou, mas que deu por suposto ter ensinado; conteúdos “extras” que o professor incluiu no momento da elaboração do teste, para torna-lo mais difícil; o humor do professor em relação à turma de alunos que ele tem pela frente; a disciplina ou a indisciplina social desses alunos; certa “patologia magisterial permanente”, que define que o professor não pode aprovar todos os alunos, uma vez que não é possível que todos os alunos tenham aprendido suficientemente todos os conteúdos e habilidades propostas. (LUCKESI, 2002, p.67)

Percebe-se, por meio dos autores citados, que a avaliação da aprendizagem vem sendo utilizada para fins diferentes, ou seja, tanto para o professor classificar, levando em consideração padrões pré-estabelecidos, quanto para o acompanhamento contínuo dos processos evolutivos dos alunos. Essas diferentes posturas diante da avaliação estarão relacionadas com as perspectivas tomadas pelo docente para subsidiar a sua prática pedagógica. Também se pode perceber por meio do estudo da literatura, que a prática tradicional tem sido mais constante nas escolas.

## 2.4 Avaliação na legislação

No Brasil, a concepção de avaliação proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, pretende superar a concepção tradicional de avaliação, compreendendo-a como parte integrante e intrínseca do processo educacional. Ainda segundo os PCNs,

A avaliação das aprendizagens só poderá acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar. (Brasil, MEC.1997 p. 55)

Diante disso, é imprescindível que os professores tenham clareza do Projeto Político Pedagógico da Escola e o modo como a avaliação se incorpora ao mesmo. Assim terão maior facilidade para identificar os instrumentos adequados para cada situação, sua finalidade e objetivo que deseja alcançar por meio deles. A função da avaliação escolar no interior do processo didático do Projeto Político Pedagógico da escola deve ser a de contribuir para que os objetivos escolares sejam alcançados, diagnosticando as dificuldades e subsidiando novos formatos avaliativos.

Abaixo, para ilustrar o que a lei garante ao aluno, cabe aos professores e às instituições de ensino trabalharem juntos de forma reflexiva em prol do cumprimento das leis para que haja uma avaliação positiva da aprendizagem no Brasil. Abaixo, segue um quadro de delimita o que trata a Deliberação e a Lei sobre a avaliação da aprendizagem, critérios a serem adotados e responsabilidades dos mesmos. Assim pode-se comparar, analisar e refletir sobre a questão da avaliação na sala de aula dentro do contexto dos PCNs, LDB, Deliberação e as propostas curriculares estadual e municipal.

**Quadro 1 – A Avaliação no âmbito legal LDB nº 9394-96 e Deliberação nº 07-99 do CEE-PR**

<b>Descrição</b>	<b>Lei nº 9394/96</b>	<b>Deliberação nº 007/99</b>
<b>Avaliação de aprendizagem</b>	Artigo 24, inciso V: A avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais.	Art.1º - A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino”, pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor
<b>Critérios de avaliação e recuperação</b>	Art. 12, inciso V: Os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de prover os meios para recuperação dos alunos com menor rendimento	Art. 11, § 1 e 2, que a recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.
<b>Responsabilidade sobre estratégias de aprendizagem</b>	No art. 13, incisos III e IV, é explicitada a incumbência para o corpo docente em zelar pela aprendizagem dos educandos e estabelecer estratégias para a recuperação dos alunos com rendimento menor.	Art. 2º: os critérios de avaliação são de responsabilidade das escolas e que devem constar em seus regimentos escolares, obedecendo à legislação vigente, mas que deverão ser elaborados em consonância com a organização curricular da escola.

Na Deliberação nº 007/99 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que dispõe sobre as normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar,

recuperação de estudos e promoção dos alunos do sistema estadual de ensino, a nível fundamental e médio, nos parágrafos, 1º, 2º e 3º, é explicado que a avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor a tomada de decisões referentes ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem, bem como proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino. Também deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento e do sistema de ensino como um todo.

No artigo 3º, é colocado que a avaliação do aproveitamento escolar incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem, por isso deverá utilizar-se de instrumentos e técnicas diversificadas, sendo vedada à avaliação onde os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Porém, no artigo 7º fica evidente a responsabilidade da escola, principalmente da equipe de pedagogos e professores, em relação ao aproveitamento do aluno, se é que se pode dizer, sobre a promoção deste, de qualquer modo:

Art. 7º - Caberá ao órgão indicado pelo Regimento Escolar o acompanhamento do processo de avaliação da série, ciclo, grau ou período devendo debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 sugere a preferência aos estudos de recuperação paralelos ao ano letivo, diante disso Hoffmann (2005) observa que o qualitativo e o preventivo não sobrevivem dissociados. De fato, a recuperação paralela das dificuldades dos alunos ao longo do ano só irá se efetivar a partir do conhecimento pelo professor de suas dificuldades específicas e individuais. A análise qualitativa dos testes, provas e tarefas, é que fornecerão ao professor subsídios para um replanejamento e, ao aluno orientações de reforço e complementação.

### **3. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS**

A metodologia utilizada neste artigo baseou-se numa abordagem qualitativa dando ênfase às falas dos sujeitos numa análise de discurso quanto à avaliação da

aprendizagem escolar. Os dados foram coletados entre os participantes por meio de aplicação de questionário. Foram aplicadas 05 (cinco) perguntas aos coordenadores pedagógicos e 07 (sete) perguntas aos professores.

A pesquisa de campo foi realizada com professores e coordenadores das escolas municipais da cidade de Arapongas-Pr sendo um total de 07(sete) coordenadores e 20 (vinte) professores que responderam perguntas sobre a forma de avaliação que aplicam na instituição de ensino onde trabalham. O questionário que serviu como base para a pesquisa com os coordenadores e professores está descrito no Apêndice deste texto.

Os questionários aplicados foram elaborados com o objetivo de identificar as concepções dos professores sobre avaliação e verificar se estas estão sendo desenvolvidas como um processo de construção do conhecimento. Segundo Hadji (2001), as finalidades da avaliação, para o professor, deve ser: conhecer melhor o aluno; recolher informações de forma contínua, julgando o grau de aprendizagem; adequar o processo de ensino ao grupo de alunos e àqueles que apresentam dificuldades, tendo em vista os objetivos propostos; adaptar o conteúdo e as formas de ensino às características dos alunos, ou seja, deveria existir uma pedagogia diferenciada; fazer uma análise reflexiva, ao término de uma determinada unidade, sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e revê-los de acordo com os resultados apresentados.

Na entrevista dos professores pôde-se perceber que eles procuram avaliar o cotidiano dos alunos em sala de aula, nas atividades realizadas no dia a dia da sala de aula, e como foi seu rendimento e aproveitamento do conteúdo apresentado, e a partir daí elaborar estratégias para prosseguir, respeitando o conhecimento que cada aluno possui suas dificuldades e potencialidades, seus interesses e maturidade emocional.

Busco nas avaliações perceber e detectar pontos fortes e aspectos a serem superados para que o aluno consiga compreender os conteúdos que foram trabalhados. (Professor 01)

A avaliação descreve quais conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos adquiriram, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto do percurso e que dificuldades estão a revelar relativamente a outros. É um instrumento que auxilia o educador a atingir seus objetivos propostos. (Coordenador 05)

Os professores utilizam variados instrumentos como: observações, questionamentos, trabalhos individuais, atividades de tarefa de casa e classe,



provas objetivas e dissertativas, sempre buscando alcançar resultado positivo e tendo em vista a possibilidade da análise de múltiplos âmbitos com essa busca.

Utilizo variados instrumentos como, observação, questionamentos, trabalhos individuais, atividades de casa, classe, provas objetivas e dissertativas, buscando alcançar resultados positivos com todos, sem priorizar ninguém. (Professor 02)

A retomada de conteúdos é feita no individual e coletivo e, é construtiva para que os erros sejam encarados como construção e continuidade dos conteúdos trabalhados, com metodologias diferenciadas na busca de sanar a dificuldade de aprendizagem.

Ao corrigir uma avaliação, considero útil discutir erros e acertos com meu aluno sim. Mostrar o erro com o intuito de identificar, corrigir e aprender. Acredito que só ajudará o aluno. Após cada avaliação, observo os conteúdos que ainda precisam ser retomados, e trabalho com todos os demais alunos, para melhor fixação. (Professor 03)

Os coordenadores pedagógicos relataram que a avaliação deve ser um processo contínuo, diagnóstico, e não punição e muito menos tido como ponto final, mas sim através dela dar continuidade e retomada de conteúdos.

Os professores são orientados conforme nosso projeto Político Pedagógico, o qual contempla a avaliação como processo qualitativo e positivo. Sendo um instrumento norteador e direcionador, pois através da avaliação podemos refletir sobre os dados e estratégias para agir sobre eles. (Coordenador 01)

As orientações dos professores são realizadas através de reuniões pedagógicas, nos momentos de hora atividade individual ou coletiva, também a todo o momento que surgem dúvidas, buscando subsídios e metodologias embasamento para o professor. Portanto, como diz Hadji (2001), o erro não pode ser simplesmente um não acerto, que deve ser lamentado, este erro deve ser muito bem trabalhado pelo professor para que o aluno aprenda com ele e não volte a cometê-lo.

Em reuniões pedagógicas, diariamente, redefinimos reajustes, quando necessário, além do Conselho de Classe, tendo sempre em mente que a avaliação deve ocorrer mediante observações contínuas, diagnóstica, cumulativa e processual de todas as atividades decorrentes do bimestre e do ano letivo, de acordo com o currículo e objetivos propostos. (Coordenador 02)

Freitas (2003) concorda dizendo que, é necessário que o tempo de aprendizagem seja diversificado, o que permite que cada aluno construa seu conhecimento no seu próprio ritmo. Assim, o professor deve dar aos seus alunos,

todo o tempo que lhes seja necessário e, além disso, deve ajuda-lo de forma igualmente diferenciada.

Ao avaliar os alunos consigo perceber e verificar se o trabalho que estou realizando está realmente sendo aproveitado de forma positiva e que os alunos aprenderam, só assim, saberei se estou no caminho certo ou preciso mudar em alguns conceitos e procedimentos. (Professor 04)

Uma verdadeira avaliação formativa deve obrigatoriamente possuir uma intervenção diferenciada, nos meios de ensino, horários e organização da aula, assim como uma visão mais igualitária da escola e da educação. Em uma avaliação com este propósito, o professor deve ser o criador de situações de aprendizagem.

Nossos alunos são orientados sobre os valores de cada avaliação e de que maneira serão realizadas. Quando acontece simulados e a prova Brasil, os educandos são orientados sobre a importância dos mesmos. (Coordenador 03)

Para Hadji (2001), ensinar é ajudar os alunos a construir saberes e competências. Nos relatos destes professores, percebeu-se que, quando ajudam o aluno em suas dificuldades, eles buscam conhecê-lo melhor a fim de adequar o processo de ensino ao grupo de alunos e àqueles que apresentam dificuldades.

A retomada é feita no coletivo e é construtiva para que os erros sejam encarados como construção e continuidade aos conteúdos trabalhados e para que o aluno e professor avaliem sua conduta. (Professor 04)

De acordo com Hadji (2001), Haydt (2004) e Perrenoud (2007), a avaliação formativa tem a intenção de verificar se e de que forma os alunos estão atingindo os objetivos propostos; informar, auxiliar e orientar, permitindo que a partir de seus erros e dificuldades, o aluno consiga aprender.

Conforme Hadji (2001), a importância desta avaliação está, portanto, em favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Esta avaliação também informa ao professor os resultados de seu trabalho, podendo este, regular sua ação a partir desses dados.

Porque as informações de uma avaliação é importante para o meu aluno e para a minha prática pedagógica, o meu aluno poderá ver suas dificuldades e seus avanços e eu enquanto professora, vou observar se a minha estratégia está tendo bons resultados e o que precisa ser reformulado. (Professor 05)

Verificou-se que as avaliações vêm sendo realizadas de forma contínua, diagnóstica, utilizando instrumentos variados e com objetivo de verificar se houve

aprendizagem, o que nos leva a concluir que as mesmas estão sendo realizadas dentro da perspectiva construtivista. A maioria dos professores têm utilizado mais de três instrumentos de avaliação bastante diversificados.

Atenção, assiduidade, participação, interesse, atividades orais e escritas, provas, trabalhos e atividades em grupo. (Professor 06)

Para Hoffmann (1993), a avaliação mediadora exige do professor a observação individual, atenta para o momento de construção de conhecimento de cada aluno, o que requer a realização de muitas tarefas pelo aluno, interpretando-as, respeitando sempre a tal subjetividade, refletindo e investigando razões para soluções apresentadas.

As avaliações estão sendo utilizadas para verificar se houve aprendizagem e se ocorrem de forma contínua, ao longo do bimestre, o que garante uma boa resposta para os professores sobre o processo de aprendizagem dos alunos, permitindo as intervenções necessárias.

Para que o professor tenha uma direção sobre os conhecimentos já assimilados pelos alunos e acompanhar o processo de aquisição de novos conhecimentos, orientando assim a sua prática pedagógica. (Coordenador 04)

Os professores procuram sempre dar um retorno da avaliação, comentando principalmente as questões que vários alunos erraram, o que é essencial, pois neste momento vários pontos são esclarecidos, como os erros dos alunos e as dúvidas dos professores em interpretá-los.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação escolar é uma constante na prática do professor e um importante instrumento pedagógico que ajuda a tomar decisões e planejar estratégias. Para tanto, é necessário interesse do professor em produzir instrumentos eficientes que busquem ao máximo as competências múltiplas dos alunos, pois desses instrumentos depende a classificação dos alunos e seu futuro.

Para que a avaliação deixe de ser tão temida, o aluno deve saber como está sendo avaliado e a avaliação precisa ser transformada em oportunidade para que o aluno demonstre ter adquirido competência como estudante. Ela deve ocorrer durante todo o processo de ensino aprendizagem, trazendo sempre que possível

situações que promovam o pensamento de forma criativa e crítica, dando preferência a questões que levem ao raciocínio e não somente à memorização.

Não se trata de uma prática fácil e, por isso, é necessário estudo e preparo por parte do professor. A avaliação deve ser encarada como reorientação para uma aprendizagem melhor e para a melhoria do sistema de ensino. Para tanto, é essencial garantir aos professores uma boa formação inicial e continuada, pois aqueles que usam inadequadamente a avaliação só o fazem porque não estão devidamente preparados. Por isso, a avaliação deve fazer parte da grade curricular dos cursos de formação de professores.

Fórmula pronta não existe para que o professor realize uma boa avaliação. Os instrumentos devem ser diversificados, sucessivos, participativos, relevantes e significativos, sendo construídos pelo professor de modo que se possa compreender como a construção do conhecimento está ocorrendo em seus alunos. Diversificando os instrumentos é possível abranger todos os aspectos do desempenho do aluno. É decisivo o papel que o professor realiza no cotidiano da escola. Esse fazer precisa ser objeto de estudo, de planejamento e de ações coletivas no interior da escola, para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que realmente promova a aprendizagem dos alunos.

Os profissionais que trabalham nas escolas investigadas são movidos por saberes construídos a partir de sua formação, das experiências profissionais e de suas práticas pedagógicas diárias. Buscam respostas para suas dúvidas e incertezas quanto à metodologia de trabalho em sala de aula e principalmente quanto à metodologia de avaliação da aprendizagem.

O sucesso para essas buscas e para as mudanças e inovações que se deseja implementar na escola depende do modo preponderante dos profissionais da educação e também de condições favoráveis de trabalho.

Avaliar não é só dar nota, num determinado dia, com hora marcada, é estar em constante observação dos fatos ocorridos no dia a dia da sala de aula. É ainda, um processo de inclusão, onde o aluno será incluído em vários meios, várias maneiras para que o mesmo possa se integrar numa aprendizagem satisfatória. Assim, é importante avaliar, mas num clima acolhedor e interativo onde todos se envolvam na aprendizagem e se sintam bem na aquisição dos conhecimentos.

No decorrer do artigo pode-se refletir sobre avaliação, que é refletir sobre o ensinar e o aprender. E a reflexão é garantida pela qualidade do planejamento de

ensino, de seus objetivos, das metodologias adotadas e dos recursos oferecidos para o desenvolvimento dos trabalhos. Nesse sentido, a avaliação é vista não como uma ferramenta, instrumento ou “coisa”, mas, como um meio ou uma relação que levará a um melhor ensinar.

Portanto, depois de delimitada a concepção que a coordenação pedagógica tem como objetivos melhorar as práticas dos professores buscando uma aprendizagem efetiva dos educandos, e também o alcance da base articuladora, transformadora e provedora dos resultados. Os dados deste, permitem afirmar que o coordenador pedagógico se vê como participante da avaliação do trabalho do professor e dos alunos e que estes se sentem avaliados por aquele.

## 5. REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. 1ed. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COELHO, J. **A psicopedagogia e as teorias da Aprendizagem: teoria e prática**. Fortaleza, FATE, 2011. Disponível em : <http://pt.scribd.com/doc/685909028/aprendizagem>. Acesso em 12 de junho de 2014.

DELGADO, A.P. **Um estudo sobre as práticas avaliativas no regime de progressão continuada: limites e possibilidades**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FREITAS, L. C. de. **Seriação e Avaliação: confronto de lógicas**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

HADJI, C. **A avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HAYDT, R.C. **Avaliação: conceitos e princípios**. In: Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 2004.

HOFFMANN, J. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 12 ed. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Saraiva, 1996.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1994.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador : Malabares Comunicações e eventos, 2005.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo, Cortez, 1995.

LUKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉNDEZ, J. M. A. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Tradução Magda Schwarzhaupt Chaves. Porto Alegre: Cortez, 2002. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Saraiva, 1996.

MENDEZ, J.M.A. **Entrevista concedida à revista Pátio**. Pátio: revista pedagógica. n.34, maio/julho, 2005.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAVIANI, D. **A filosofia na formação do educador**. In Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13 ed. Campinas, SP, autores associados, 2000.

VASCONCELOS, C.S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças**. São Paulo: Libertad- Centro de Formações e Assessoria Pedagogia, 1998.

## 6. APÊNDICES

### QUESTIONÁRIO PARA ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO ESCOLAR

**Questões para os coordenadores pedagógicos:**

1. Como é feita a orientação dos professores quanto à avaliação?
2. Quais documentos são norteadores da avaliação na sua escola?
3. Quando o professor tem dificuldade ou pouca clareza sobre o processo de avaliação, como é realizada a orientação com ele?
4. Como os alunos são orientados sobre a avaliação da escola e dos professores?
5. Para que os alunos são avaliados?

**Questões para os professores:**

1. O que você procura avaliar nos alunos?
2. Quais instrumentos de avaliação você utiliza?
3. Quais os critérios adotados na correção? Há diferenças de critérios para cada instrumento de avaliação?
4. Quando corrige uma avaliação, você considera útil discutir os erros e/ou acertos com cada aluno? Como é o seu procedimento após cada avaliação?
5. Para quê você avalia seus alunos?
6. Quando de alguma dúvida sobre este processo de avaliação, a coordenação pedagógica a auxilia? Como?
7. Qual o(s) documento(s) que orienta(m) a sua forma de avaliação?